

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**MICHELLE DOS SANTOS DAMASCENO**

**A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) COMO PRÁTICA DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL:  
problemáticas e perspectivas**

**CERES – GO**

**2020**

**MICHELLE DOS SANTOS DAMASCENO**

**A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) COMO PRÁTICA DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL:  
problemáticas e perspectivas**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Licenciatura  
em Ciências Biológicas do Instituto  
Federal Goiano – Campus Ceres,  
como requisito parcial para a  
obtenção do título de (licenciado em  
Ciências Biológicas), sob orientação  
da Profª Drª Maria Lícia dos Santos

**CERES – GO**

**2020**

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

D155e DAMASCENO, MICHELLE DOS SANTOS  
A Educação à Distância (EaD) como prática de  
democratização do Ensino Superior no Brasil:  
problemáticas e perspectivas / MICHELLE DOS SANTOS  
DAMASCENO; orientadora DR<sup>a</sup> MARIA LÍCIA DOS SANTOS. --  
Ceres, 2020.  
29 p.

Monografia (Graduação em LICENCIATURA EM CIÊNCIAS  
BIOLÓGICAS ) -- Instituto Federal Goiano, Campus  
Ceres, 2020.

1. Educação. 2. Tecnologia. 3. Universidade. 4.  
Acesso. I. DOS SANTOS, DR<sup>a</sup> MARIA LÍCIA, orient. II.  
Titulo.



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiano

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF

Goiano

Sistema Integrado de Bibliotecas

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES  
TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

**Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese  | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                                 | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização                 | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação                  | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ |   |

Nome Completo do Autor: Michelle dos Santos Llamasceno

Matrícula: 205103220510308

Título do Trabalho: A Educação à Distância (EAD) como prática de democratização Restrições de Acesso ao Documento do Ensino Superior no Brasil: problemáticas e Perspectivas.

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 20/11/20

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Peres - GO 16/11/20  
Local Data

Michelle dos Santos Llamasceno

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

[Assinatura]

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos 22 dia(s) do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, realizou-se a defesa de Trabalho de Curso do(a) acadêmico(a) **MICHELLE DOS SANTOS DAMASCENO**, do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, matrícula 2015103220510308, cujo título é "O Ensino a Distância (EaD) como prática de democratização do Ensino Superior no Brasil: problemáticas e perspectivas". A defesa iniciou-se às 20 horas e 00 minutos, finalizando-se às 20 horas e 30 minutos. A banca examinadora considerou o trabalho **APROVADO** com média 9,4 no trabalho escrito, média 9,8 no trabalho oral, apresentando assim média aritmética final 9,6 de pontos, estando o(a) estudante **APTA** para fins de conclusão do Trabalho de Curso.

Após atender às considerações da banca e respeitando o prazo disposto em calendário acadêmico, o(a) estudante deverá fazer a submissão da versão corrigida em formato digital (.pdf) no Repositório Institucional do IF Goiano – RIIF, acompanhado do Termo Ciência e Autorização Eletrônico (TCAE), devidamente assinado pelo autor e orientador.

Os integrantes da banca examinadora assinam a presente.

Profª Drª Maria Lícia dos Santos

Profª Esp. Pamella Achatkin da Costa

DocuSigned by:  
  
F9BACE1D4BC8441  
**SUELINO SEVERINO DASILVA**

INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, None, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, que sempre me abençoou, protegeu e me deu forças para seguir em frente na conclusão desse rico aprendizado.

Agradeço a Maria mãezinha do céu, que sempre ouviu minhas orações e intercedeu por mim junto ao pai Jesus.

Agradeço aos meus pais Regina e Creone que sempre foram meu porto seguro, me incentivando em todos os anos em que estive na faculdade, não medindo esforços para a realização de meu sonho.

Agradeço ao meu noivo Elimar, pelo apoio, carinho, incentivo e companheirismo, me fortalecendo na superação das dificuldades.

Agradeço a Larissa Amaral, pela colaboração e amizade durante todos os anos de faculdade, em que nos amparamos para a superação de tantos obstáculos.

Agradeço minha orientadora Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Maria Lícia dos Santos, pela dedicação, paciência, carinho e humildade.

Agradeço aos colegas de turma e todos os professores que fizeram parte dessa etapa importante em minha vida.

Agradeço aos professores que aceitaram ao convite para compor a banca, em um momento tão singular de superação da educação brasileira.

Agradeço ao IF Goiano - Campus Ceres, pela oportunidade de aprendizado, oferta de espaço e pelos profissionais competentes, fundamentais para a minha formação.

## **RESUMO**

A Educação à Distância (EaD) é uma modalidade que tem por característica o uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) para prover cursos à distância onde o estudante e o professor (tutor) estão separados fisicamente no espaço e no tempo. É uma modalidade em constante crescimento e que inspira diversos debates sobre sua natureza, qualidade e suas contribuições para o processo de democratização do Ensino Superior Brasileiro. O presente trabalho objetiva a discussão sistemática das bases para o surgimento da Educação Superior à Distância no Brasil, sua proposta, sua evolução, sua importância e suas problemáticas frente a sua contribuição para a democratização e universalização da modalidade de Ensino Superior no País. Os resultados apontam que os problemas de acesso ao Ensino Superior são marcados historicamente por segregação dos menos aptos, cursos superiores como indicadores de status social e frequentado pelas elites. A EaD é um processo que aumentou o acesso das pessoas historicamente negligenciadas pela Educação Superior, porém muitos pesquisadores debatem a qualidade destes cursos, a alta taxa de evasão, a característica mercantilista da oferta e as condições questionáveis e qualidade dos tutores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Tecnologia. Universidade. Acesso.

## **ABSTRACT**

Distance Education (DE) is a modality characterized by the use of information and communication technologies (ICTs) to provide distance learning courses where the student and the teacher (tutor) are physically separated in space and time. It is a constantly growing modality that inspires several debates about its nature, quality and its contributions to the democratization process of Brazilian Higher Education. The present work aims at a systematic discussion of the bases for the emergence of Higher Distance Education in Brazil, its proposal, its evolution, its importance and its problems regarding its contribution to the democratization and universalization of the Higher Education modality in the Country. They point out that problems of access to higher education are historically marked by the segregation of the less able, higher education as indicators of social status and attended by elites. Distance education is a process that has increased access for people historically neglected by higher education, but many researchers debate the quality of these courses, the high dropout rate, the mercantilistic feature of the offer and the questionable conditions and quality of tutors.

**KEYWORDS:** Education. Technology. University. Access.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Gráfico da evolução nos números de matrículas nos cursos superiores EaD, sondagem realizada pelo Censo EaD. Fonte: Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED)..... 22

Figura 02. Gráfico da evolução nos números de matrículas nos cursos superiores EaD, sondagem realizada pelo Censo EaD, comparação entre os anos de 2017 e 2018. Fonte: Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED). ..... 23

Figura 03. Gráfico da evolução nos números de matrículas na modalidade totalmente a distância EaD, cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, sondagem realizada pelo Censo EaD 2018. Fonte: Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED)..... 24

Figura 04. Gráfico representando nos números de matrículas nas diferentes modalidades de EaD, sondagem realizada pelo Censo EaD, 2018. Fonte: Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED)..... 24

Figura 05. Matrículas por nível acadêmico em cursos EAD no ano de 2018. Fonte: Censo EAD da ABED (2018). ..... 25

# Sumário

INTRODUÇÃO .....	1
JUSTIFICATIVA .....	2
METODOLOGIA.....	3
Estudo Bibliográfico .....	3
Definição dos Tópicos.....	3
TÓPICO I - BASES SOCIOECONÔMICAS E HISTÓRICAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO .....	4
TÓPICO II - DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: PERSPECTIVAS E PROBLEMÁTICAS .....	9
TÓPICO III - CRESCIMENTO DA MODALIDADE DE ENSINO SUPERIOR À DISTÂNCIA NO BRASIL .....	12
TÓPICO IV - PROBLEMÁTICAS DO ENSINO À DISTÂNCIA .....	18
TÓPICO V - EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	20
TÓPICO VI - EaD NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA .....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	24

## INTRODUÇÃO

De acordo com Neves (2007) a demanda global pela educação superior é um fenômeno em larga expansão e crescimento, pois oferece uma opção estratégica para o desenvolvimento econômico e social. O século XX foi marcado em sua segunda metade (período pós-guerra) por um acelerado crescimento no número de discentes em educação superior em escala mundial. O quantitativo de matrículas aumentou de 13 milhões em meados dos anos 60 para 82 milhões em 1995, chegando, no século XXI à 132 milhões de estudantes no ano de 2004 (UNESCO, 2006).

A motivação para o rápido crescimento no número de pessoas na educação superior baseia-se na concepção generalista de que, o desenvolvimento da sociedade requer cada vez mais, maiores níveis de escolarização das massas, visando atender a demanda do mercado de trabalho e as necessidades que o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico exige. O aumento da demanda requer um aprimoramento dos cursos oferecidos, bem como do sistema de educação superior, que deve ter maior flexibilidade, agilidade e qualidade a fim de formar profissionais bem capacitados e que consigam rapidamente se inserir no mercado de trabalho (NEVES, 2007).

No Brasil, um marco importante para a expansão do Ensino Superior foi a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394/96), que iniciou um ciclo de crescimento desta modalidade de ensino, principalmente por causa da diversificação das formas de ingresso, o que possibilitou a formação de muitos que eram historicamente excluídos em processos tradicionais como o vestibular. O ensino superior privado sofreu mudanças, historicamente elitista e voltado para a classe média, as instituições de ensino privadas antes isoladas e usadas como método de ascensão social para poucos, aumentaram em número e novas empresas de educação foram fundadas, aumentando a competitividade, e as facilidades para ingresso e formação em cursos de Ensino Superior (FILIPAK; PACHECO, 2017).

A partir da publicação da LDBEN/96 a modalidade de Educação a Distância obteve sua regulamentação, estruturação e a definição de seus limites

e formas de avaliação, e foi inicialmente ofertada pela iniciativa pública. No início do século XXI, mais precisamente a partir de 2002 esta modalidade obteve um grande crescimento no setor privado, com um crescimento de 1.000% no número de novas instituições que passaram a ofertar a Educação Superior à Distância, uma das principais justificativas para o aumento e procura por esta modalidade é a inclusão de alunos que foram segregados da Educação Superior Pública, cuja forma de acesso é altamente competitiva (BRAMÉ; SPIRANDELLI, 2010).

O presente trabalho objetiva a discussão sistemática das bases para o surgimento da Educação Superior à Distância no Brasil, sua proposta, sua evolução, sua importância e suas problemáticas frente a sua contribuição para a democratização e universalização da modalidade de Ensino Superior no País, através da análise da literatura científica pertinente ao assunto, e das diversas visões que os autores especializados no tema possuem sobre este debate tão importante e atual.

## **JUSTIFICATIVA**

Uma das formas mais eficientes de promover melhorias no Ensino Superior brasileiro é o estímulo à ampla pesquisa em Educação. A análise das problemáticas educacionais é um processo constante e efetivo, que vêm identificando fragilidades e debatendo temáticas dentro do Ensino Superior, sua perspectiva histórica, seu contexto sociocultural e político, sua democratização e seus índices de êxitos e fracassos.

A Educação à Distância é uma modalidade de Ensino Superior em larga expansão e que carece de fontes acadêmicas e científicas acerca de seus processos e impactos sociais. Um trabalho de revisão sistemática sobre esta modalidade é de suma importância para a expansão bibliográfica específica da temática, visando explorar perspectivas de seus processos de crescimento e o impacto na democratização do Ensino Superior no Brasil.

Somado aos fatores já citados, nunca se fez tão necessária a pesquisa científica sobre EaD, como no momento em que o Brasil e o mundo vivem a experiência de uma pandemia do Covid-19, que alterou as dinâmicas sociais e forçou o sistema produtivo e institucional a paralisar grande parte de suas

atividades, levando a educação a um status obrigatório de ser realizada à distância, suscitando discussões sobre a eficácia do EaD e forçando os profissionais da educação e os alunos a um aprendizado emergencial.

## **METODOLOGIA**

### **Estudo Bibliográfico**

O trabalho se iniciou por meio de um estudo bibliográfico em fontes estruturadas e confiáveis, como artigos científicos, monografias, dissertações, teses e resumos expandidos advindos de periódicos online. Foi realizado um estudo descritivo e exploratório do material consultado, cujo objetivo foi o de se aproximar do objeto de estudo, com o fenômeno investigado e suas problemáticas, descrevendo seus caracteres, levantando hipóteses, analisando criticamente sua dimensão epistemológica, estabelecendo uma maior intimidade com o tema estudado, visando atingir um patamar de excelência no conhecimento do conteúdo abordado no projeto (GIL, 2002).

As plataformas utilizadas na execução das pesquisas foram o Google Acadêmico, o Portal de Periódicos Capes, os Repositórios e Bibliotecas Virtuais e o Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD). O período de busca, seleção e análise, respeitou o cronograma estabelecido no projeto, entre os meses de Julho a Outubro de 2019, com pesquisas adicionais entre os meses de Abril e Julho de 2020, para a inserção do capítulo referente a pandemia do novo Corona-Vírus, vital para a expansão da discussão sobre a EaD no país.

### **Definição dos Tópicos**

A presente revisão se estruturou em tópicos de abordagem do tema. Cada seção compreendida como função narrativa e juntos formaram o corpo do trabalho. Os tópicos produzidos foram: Tópico I. Bases Socioeconômicas e Históricas do Ensino Superior Brasileiro; Tópico II. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: Perspectivas e Problemáticas; Tópico III. Crescimento da Modalidade de Ensino Superior à Distância no Brasil; Tópico IV. Problemáticas

do Ensino à Distância; Tópico V. Educação à distância e democratização do Ensino Superior; Tópico VI. EaD no Brasil em tempos de Pandemia.

A escolha dos tópicos veio através da leitura e análise dos textos científicos sobre a EaD, a construção narrativa foi baseada em uma fase de introdução ao tema (Capítulo I), Desenvolvimento do tema, entre problemáticas e potencialidades (Capítulos II, III e IV), conclusão do debate ligando a democratização a EaD e abordando as novas perspectivas que surgem durante e pós-pandemia de Covid-19 (Capítulos V e VI). O objetivo foi a sistematização, buscando melhor compreensão da narrativa desenvolvida.

## **TÓPICO I - BASES SOCIOECONÔMICAS E HISTÓRICAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

Historicamente partindo do período colonial o Ensino Superior Brasileiro foi pautado na formação de profissionais que visavam à obtenção de diploma para ingresso em cargos privilegiados em um mercado restrito, o que por consequência acarretava na aquisição de prestígio social (MARTINS, 2002). O Brasil veio a ter sua primeira universidade com a vinda da corte portuguesa para o país no ano de 1808, decorrente da invasão de Napoleão Bonaparte à Portugal. O Brasil colônia não possuía um sistema de Ensino Superior, apenas o curso de Teologia e Filosofia que eram conduzidos pelos jesuítas e serviam para a formação de profissionais liberais, porém boa parte da população da Colônia era analfabeta e poucos tinham acesso a uma educação minimamente qualificada (FLORES, 2017).

A independência política ocorrida no ano de 1822 não trouxe mudanças neste cenário, pois as elites não tinham interesse e nem viam vantagens na criação de universidades, a ponto que dos 22 projetos para criação de universidades apresentados entre os anos de 1808 e 1822, nenhum deles conseguiu obter aprovação. A partir de 1850 aumentou o número de instituições educacionais com a função de formar profissionais liberais, era uma formação destinada à poucos e com controle total do governo central, estando sua oferta dependente da vontade política dos governantes da época (MARTINS, 2002).

No Brasil Império não havia um interesse do Governo em prover o Ensino Superior para toda a população. A mentalidade dos governantes era a de obter mão de obra para movimentar a máquina colonizadora, não havia um proletariado urbano, a maioria das pessoas desempenhavam trabalhos rurais, em uma lógica herdada da mentalidade escravista onde se focava em explorar a força de trabalho e não em qualificar os trabalhadores. O status universitário do Brasil só viria a existir após o surgimento do status de Reino Unido a Portugal, quando Dom João VI solicitou a criação de cursos superiores de Medicina na Bahia e Rio de Janeiro para suprir a demanda militar. Ainda com este propósito foi criada a Academia Real Militar (1810), visando o preparo na carreira militar e formação de engenheiros, quando também surgiram Cursos Jurídicos em Olinda e São Paulo (1817) (CUNHA, 2011; OLIVEN, 2002).

Segundo Doria (1998) Apud Gomes; Machado-Taylor; Saraiva (2018) A Universidade Brasileira adquiriu em seu início a estrutura advinda de Portugal, sendo a Universidade de Coimbra a principal referência, porém este modelo sofreu constantes transformações em face das diferenças da população brasileira frente à de Portugal. O reitor da Universidade de Coimbra, visava criar um ambiente universitário contemporâneo, que tivessem ideias avançadas e foi nessa perspectiva que foram formados os precursores das artes e ciências do Brasil. As Instituições de ensino fundadas com a chegada da corte eram elitizadas e serviam aos interesses da coroa em adequar o país aos padrões europeus, logo o acesso a cursos superiores era limitado a uma pequena parcela da população.

A Proclamação da República (1889) foi um marco sócio histórico para a educação brasileira, tornando-se uma das prioridades do Estado. Cada estado brasileiro ganhou autonomia administrativa com representantes eleitos. Neste período ocorreu a ascensão da burguesia e a cobrança por leis democráticas. Porém até o início do século XX a universidade brasileira ainda era funcionalista, ou seja, a educação existia para suprir as necessidades sociais e servir aos interesses da nação. A faculdade seguia o modelo Napoleônico onde seu cerne era formar os cidadãos profissionalmente e politicamente. Já na primeira metade do século XXI o modelo de educação adotado na Alemanha, serviu de diretriz para a universidade brasileira, e possuía como princípio norteador a pesquisa, e a formação pregava a união do ensino à pesquisa (PERREIRA, 2009).

Segundo Neves; Martins (2018) no final do Império no Brasil, ano de 1889, existiam no país apenas seis escolas de ensino superior, que se dedicavam a formação de juristas, médicos e engenheiros. As Universidades surgiram no país com maior abrangência no decorrer da década de 1930, com destaque os autores citam fundação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, descontinuada pelo governo para integrá-la a Universidade do Rio de Janeiro. Outras importantes universidades como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) além de outras Instituições de Ensino Superior foram fundadas a partir da década de 1940.

Segundo Humerez; Jankevicius (2015) o Brasil foi um dos últimos da América Latina a criar uma Universidade. A demanda pela educação científica foi uma característica do período, uma clara influência das duas guerras mundiais, sendo o desenvolvimento científico um requisito para se alcançar a soberania e a segurança nacional. O período entre o início da década de 30 até meados dos anos 70 foi marcado pelo surgimento de mais de 20 universidades, demonstrando uma grande expansão do sistema público de educação superior e o rompimento com a velha ordem oligárquica brasileira. A partir dos anos 30 o Brasil começou a se industrializar e os centros urbanos começaram a crescer, fator que contribuiu para o aumento a demanda por educação (CACETE, 2014).

Na década de 30 ocorreu a reforma Francisco Campos (que leva o nome do Ministro da Educação da época) responsável por colocar o Ensino Superior Brasileiro nos moldes Alemães para a Universidade, pautados na pesquisa científica pura, educação profissionalizante e a introdução de estudos pedagógicos para a formação de professores da escola secundária, sendo este um requisito obrigatório. Ocorreu uma expansão do Ensino Superior pautado pela multiplicação das universidades em diversas unidades isoladas que serviam a uma demanda social crescente liderada pela classe média urbana que se formava, havia a busca por novos cursos por uma parcela populacional com maior poder aquisitivo (CACETE, 2014).

Até a década de 60 a Universidade Brasileira configuraria como dependente, com dependência intelectual e cultural vindos de professores do exterior, estrangulamento orçamentário, dificuldades em conduzir pesquisas e em formar cidadãos críticos. Após a Segunda Guerra ocorreu o ciclo nacional-

desenvolvimentista, uma época pautada na importação do saber científico, de modelos educacionais estrangeiros que não condiziam com a realidade brasileira (BORTOLANZA, 2017).

De acordo com Durham (2003) o surto de industrialização pós-segunda Guerra Mundial despertou a consciência, nas esferas dirigentes do país, que era necessária a formação universitária de profissionais nos diversos setores econômicos, visando maior desenvolvimento para a nação. Ocorreu por parte do governo a iniciativa de criação de uma rede de instituições universitárias federais, públicas e gratuitas, buscando alcançar todos os estados da Federação. A iniciativa provocou um salto no número de matrículas no ensino superior, atingindo 322 mil discentes no ano de 1965.

O Golpe Militar de 1964 marcou a fase desenvolvimentista autoritária do país, foi uma época de foco na internacionalização econômica, houve aumento na demanda pelo Ensino Superior, principalmente para aqueles que buscavam a promoção nas burocracias pública e privada. O período da ditadura sofreu diversas críticas quanto a falta de pesquisa nas universidades, o que levou a Reforma Universitária de 1968 que instituiu e regularizou a pós-graduação *stricto sensu* e criou a política de formação de recursos humanos em ciência e tecnologia para suprir a demanda nacional (NEVES, 2002).

Conforme Stallivieri (2007) a reforma de 1968 marcou uma nova fase da Educação Superior brasileira, foi responsável por aprimorar a estrutura administrativa, departamental e organizacional das IES, também foi responsável por associar a educação universitária junto da pesquisa e extensão, como fatores de importância equânime na formação do discente. Após a Reforma Universitária (1968) ocorreu um aumento do acesso ao Ensino Superior com incentivos à abertura de IES privadas. O movimento estudantil da época levou o governo a promover uma modernização conservadora da universidade, visando o mercado de trabalho e a privatização do ensino (ORSO, 2007).

Com a Reforma foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a fundação do regime de trabalho de dedicação exclusiva, a abertura de espaços para a participação estudantil nos órgãos colegiados. Mas foi uma reforma consentida, autoritária e que mantivesse o status quo das elites que apresentavam o modelo universitário da época como democrático, em função da civilidade e do progresso nacional (ORSO, 2007).

Segundo Stallivieri (2007) a década de 1970 foi marcada pela expansão da pós-graduação e da possibilidade em se realizar um mestrado ou doutorado em outro país, a maioria eram docentes universitários em busca de aprimoramento e capacitação. De acordo com Salata (2018) a demanda pelo Ensino Superior beneficiou o setor privado que cresceu de forma significativa e mais do que o público. O Ensino Superior expande junto com o ensino secundário até se estagnar na década de 80, a expansão dos níveis fundamentais e médios gerou uma competitividade pelo ingresso em cursos superiores, alunos vindos de classes média e alta tiveram uma larga vantagem neste período.

O Ensino Superior então se dividiu em dois grupos distintos: as IES públicas, de grande prestígio e difícil acesso e as IES privadas menos prestigiadas e com menor concorrência para ingresso. Um fato socioeconômico característico desta época é a soberania das classes mais abastadas em ambos os grupos, onde representavam a maioria, seja pelas condições de arcar com os custos ou pelas vantagens ocasionadas de um preparo maior para os vestibulares (SALATA, 2018).

Conforme delibera Saviani (2010) o Estado sempre esteve presente na organização do Ensino Superior Brasileiro, em especial nas Universidades. A partir da década de 80 o padrão de Ensino Superior no país começou a se modificar com a distinção entre as universidades de pesquisa e as universidades de ensino, terminologia adicionada pelo Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior criado pelo Ministério da Educação em 1986, tornando-se posteriormente uma ação política consagrada pelo Decreto 2.306 de 1997 que traz a distinção entre universidades e centros universitários, sendo tais centros um eufemismo para universidades de segunda classe, onde não ocorre a necessidade do desenvolvimento de pesquisa, uma alternativa de expandir e democratizar o acesso ao Ensino Superior, elevando o status das Universidades a centros de excelência, reafirmando novamente este como um espaço elitizado.

O final da década de 1980 e a década de 1990 trouxeram mudanças importantes para o Ensino Superior Brasileiro, o fim da ditadura, a publicação de uma nova Constituição Federal e a demanda internacional por democratização do ensino e diversificação das universidades impulsionou um fenômeno de criação de diversas IES, a maioria privadas. No censo de 1995 o número de IES

privadas já era superior ao das públicas, o governo na década de 90 investiu no acesso universal a educação básica, o que gerou na década seguinte uma enorme demanda pela continuação dos estudos, agora na modalidade do ensino universitário, este aumento de procura ocasionou mudanças nas políticas educacionais, flexibilizando e incentivando a criação de vagas, no Decreto nº 2.306/97 foram estabelecidas as IES com fins lucrativos, os institutos federais e as faculdades integradas, aumentando a disponibilidade de cursos superiores (ASSIS, 2008. DUTRA, 2012).

Segundo Rosa (2014) a Educação Superior Brasileira no século XXI é marcada pela política do Estado Mínimo e pela nova identidade da Educação como produto de Mercado, resultantes de processos políticos neoliberais adotados pelos governos Fernando Collor (1990-1992), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), mantendo traços de continuidade nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Os Marcos Legais que garantem o Ensino Superior a todos são tratados e colocados em prática através de uma ótica macroeconômica e política, fato que condiz com a expansão das IES privadas e a disponibilidade de Educação sem necessariamente ter vínculo com Pesquisa ou Extensão, gerando oferta de baixa qualidade, a diversificação do Ensino Superior proposto pela LBD de 1996 dividiu o Ensino Superior em Universidades como instituições de pesquisa e as demais como “outras instituições de ensino” (OLIVEIRA; CATANI, 2002)

## **TÓPICO II - DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: PERSPECTIVAS E PROBLEMÁTICAS**

De acordo com Duarte; Calixto (2017) ocorreu no ano de 1990 em Jomtien na Tailândia a “Conferência da Educação Para Todos” dez anos depois o “Fórum Mundial sobre educação de Dakar” e influenciou na elaboração da proposta de universalização e democratização do ensino brasileiro, um processo que dura até os dias atuais. A educação no Brasil segundo o art. 205 da Constituição Federal de 1988 é um direito de todos, e é um dever para o Estado e Família, sendo o meio para a formação de cidadãos e para o mercado de trabalho. Nos dias atuais o país possui processos de democratização do acesso à

universidade, este 'acesso', porém não pode ser apenas reconhecido como o ingresso no curso superior, mas como uma etapa diretamente interligada com a permanência do discente na instituição (MANZINI, 2008).

Segundo Silva et al., (2017) há um debate sobre a democratização do Ensino Superior que está relacionado com o aumento da quantidade de vagas disponibilizadas e a qualidade do ensino que estas mesmas vagas representam. O aumento na demanda se deve aos programas sociais de universalização do ensino que impactaram principalmente a educação básica e secundária, promovidos e expandidos na década de 90, o que gerou grande interesse da população em continuar seus estudos em níveis superiores de aprimoramento educacional.

O Estado instituiu Políticas Públicas de ingresso nas IES visando suprir a demanda, foram fundados o programa do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); o Programa Universidade para Todos (Prouni); e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que visam atingir as metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01) que estabeleceu a meta de ofertar Educação Superior a 30% dos brasileiros com idade entre 18 e 24 anos até o ano de 2012 (SILVA et al., 2018).

Conforme argumenta Paula (2017) a massificação e expansão da Educação Superior no Brasil são representativas para a democratização do sistema, porém são insuficientes para que ocorra uma real inclusão dos grupos sociais historicamente negligenciados e excluídos desta modalidade de ensino. Há avanços significativos como a expansão e interiorização das IES, políticas de ação afirmativas, como as cotas sociais (Lei nº 12.711/12) para pessoas de baixa renda e dentro do recorte étnico-raciais, dentre outras iniciativas, porém, a inclusão das camadas marginalizadas social e economicamente ainda não é concreta, como exemplo a autora cita os cursos de alta demanda que conferem maior chance de ascensão social e que são cursados em maioria por pessoas socialmente privilegiadas.

Segundo Ezcura (2011) os mecanismos de democratização do acesso ao Ensino Superior enfrentam problemáticas relacionadas com a permanência dos discentes nas IES, principalmente aqueles que possuem baixo poder aquisitivo, o que acarreta em dificuldades materiais (advindos do pagamento de serviços educacionais, materiais de apoio e estudo, transporte e alimentação) e

acadêmicos (ocasionados pela formação básica insuficiente e deficitária), logo não há um acompanhamento satisfatório das políticas de permanência após o discente adentrar no sistema de ensino superior, o que leva a evasão, e ao fenômeno citado por Ezcuro, denominado de “inclusão excludente”.

Outra problemática do processo de democratização é observada e estudado por Ristoff (2011), trata-se do perfil sócio econômico dos alunos em cursos de alta demanda, como exemplo o autor cita que os estudantes com renda até 3 salários mínimos (que representam 50% da parcela populacional no país) ocupam 30% das vagas dos cursos de Enfermagem e Educação Física, que segundo o autor estão próximos de sua realidade, as taxas de ocupação de vagas caem drasticamente para este grupo em cursos como Odontologia e Medicina, representando 10,5% e 8,8% das vagas respectivamente. A problemática expõe que em Campus Universitários a parcela menos representativa da sociedade (os mais ricos) correspondem a maioria dos alunos destas instituições, chegando a até 67% dos alunos nos cursos de alto prestígio.

O Plano Nacional de Educação destaca a importância do setor privado para o atendimento a demanda crescente pelo Ensino Superior, porém cobra que os cursos oferecidos sejam de qualidade. O surgimento do PROUNI, programa do governo para ingresso em IES privadas, marcou um importante avanço na garantia de oportunidades de ingresso para estudantes de baixa renda, pois garante a vaga em instituições historicamente ocupadas em maioria por pessoas de média e alta renda. Porém a aprovação do PROUNI foi cercada de debates que colocavam em lados opostos as instituições privadas que defendiam a lei como um mecanismo de democratização do ensino e os Sindicatos Docentes que acusavam a medida de ser uma estratégia neoliberal de privatização da Educação, sendo um programa de acesso, mas não de permanência (ARRUDA, 2011).

Segundo Arruda (2011) a democratização do Ensino Superior é uma pauta de interesse do governo, demonstrado por um visível empenho em prover tais políticas públicas, porém ainda há debates sobre os impactos sociais e a natureza democrática das políticas públicas de acesso. O Ensino Superior é nos dias atuais, fundamental para o crescimento profissional e humano. Democratizar esta modalidade de Ensino é ainda um objetivo não alcançado, mais em progresso, e a diversificação de IES e formas de acesso podem ser

uma saída para aqueles que historicamente estão à margem do processo de formação superior, e para quem a democratização é mais necessária.

### **TÓPICO III - CRESCIMENTO DA MODALIDADE DE EaD NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

De acordo com Costa (2017) a Educação à Distância (EaD) consiste em uma modalidade de Ensino Superior caracterizada pelo uso abrangente de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e pela separação física entre alunos e professores no espaço e no tempo, os cursos são, portanto, à distância, e se destacam como uma forma de educação em expansão e com cada vez mais adeptos. A Educação à Distância oferta uma grande variedade de opções educacionais. São cursos técnicos, profissionalizantes, de aperfeiçoamento, de graduação, pós-graduação, dentre outros.

A EaD é uma modalidade de ensino dinâmica e flexível, onde professor e alunos não necessitam ocupar o mesmo espaço físico, em dia e horário marcado. O estudante pode escolher o local, e o melhor momento para aprender. Alguns autores corroboram com a ideia de que a EaD oferece certa autonomia a seus alunos, escolhendo não apenas o local e o horário, mas também tendo controle do ritmo de estudos, gerando um processo de autoaprendizagem. Há uma diversidade de formas de se conectar com o docente e com o material das aulas. São opções conhecidas: a web-conferência, a áudio-conferência, telefone e chat, que podem ser ou não síncronos (ocorrendo em tempo real). Há espaços democráticos como fóruns, plataformas digitais, aplicativos de mensagens e outras tecnologias que estão à disposição dos estudantes, facilitando seu processo de aprendizagem (GUAREZI; MATOS, 2012; COSTA, 2017).

O Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) cita a EaD como uma forma de ensino que torna possível o aprendizado através de uma mediação por recursos didáticos sistematicamente organizados, usados de forma isolada ou em conjunto, veiculados a vários meios de comunicação. O portal do Ministério da Educação define a EaD como a modalidade educacional onde professores e alunos estão separados fisicamente de forma temporária, razão pela qual utiliza-se as ferramentas tecnológicas para possibilitar o ensino. Legalmente o Decreto nº 5622/05 em seu art. 1º reforça as definições da LDB

acerca da EaD e coloca como requisitos obrigatórios a avaliação discente, os estágios obrigatórios, a defesa do trabalho de conclusão de curso e atividades práticas quando necessárias (BRASIL, 2005).

De acordo com Savaet al., (2018) a EaD no Brasil passou por cinco gerações bem definidas, sendo elas: a 1º geração, marcada pelo envio de correspondências; a 2º geração ocorreu o uso do rádio e da televisão para transmitir conhecimento; a 3º geração é marcada pela criação da Universidade Aberta; a 4º geração trouxe a interação em tempo real através de áudios, web-conferências e telefone e a 5º e última geração se caracteriza pelo uso de ambientes online de aprendizado como classes, universidades virtuais, plataformas e fóruns presentes em tecnologia web.

Segundo Lima (2014) a Educação à Distância se fortaleceu a partir do ano de 1978, ano de início da transmissão do Telecurso 2º Grau da Fundação Roberto Marinho (FRM), uma parceria estabelecida com a Fundação Padre Anchieta (FPA), que consistia em um programa educacional transmitido pela Rede Globo e pela TV Cultura. Após três anos, o sucesso do telecurso levou os realizadores a expandir os cursos com conteúdos do 1º grau, publicando material de apoio impresso que era comumente comprado em bancas de jornal.

De acordo com Cruz; Lima (2019) além da Rede Globo, diversas instituições, seguindo as tendências da época, também iniciaram cursos através da televisão e outras tecnologias disponíveis na época, são destacados: O telecurso do 2º Grau (1978) pela televisão e material impresso; Cursos de Extensão da UnB/Open University England (1979), vinculados em jornais e revistas circulantes em capitais; Pós-Graduação tutorial à distância da CAPES (1981) capacitação de universitários do interior; Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (1983), educação através do rádio; Projeto Ipê de capacitação docente (1984), televisão e material impresso; Curso verso e reverso, de capacitação docente (1988), por correspondência e programas da TV Manchete.

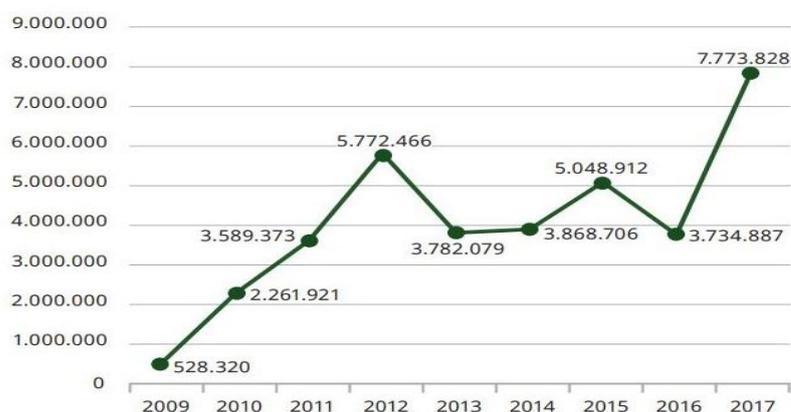
De acordo com Correira-Neto; Valadão (2017) a Educação à Distância no nível de graduação teve uma consolidação mais recente. As primeiras experiências EaD neste nível de ensino se iniciaram na década de 90, alcançando maior estabilidade e aceitação nos anos 2000 com o surgimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), responsável por nortear as ações estatais

nesta área. A partir da LDB/96 que inseriu esta modalidade houve sua inclusão nos Planos Nacionais de Educação. Atualmente a EaD ocupa um papel de destaque no Ensino Superior nacional, seus alunos já ultrapassam em número os matriculados em cursos presenciais. Um dos fatores de maior contribuição para este fenômeno foi a criação do ProUni, que viabilizou o acesso de jovens carentes a IES particulares, estendendo bolsas para a modalidade EAD, o que trouxe um caráter inclusivo a este tipo de ensino (FERRUGINI, 2013).

A EaD vem crescendo em números absolutos. No ano de 2011 já existiam 3,5 milhões de discentes frequentando cursos à distância. A UAB, em 2011, já possuía 587 polos instalados pelo Brasil, abarcando 943 cursos em 92 Instituições Privadas de Ensino Superior (CENSO EAD.BR, 2011). O último censo da EaD realizado no ano de 2018 aponta que o número de matrículas chegou a 9,3 milhões de pessoas um salto em relação ao ano de 2017 que apresentou 7,7 milhões de matrículas (Figuras 1 e 2).

Segundo o Censo o ano de 2017 apresentou um marco para a Educação à Distância no Brasil, a Portaria Normativa nº11 de 20 de julho de 2017 flexibilizou a criação de cursos nesta modalidade, retirando a obrigatoriedade da contrapartida presencial nestes cursos, o que resultou em um aumento na oferta de cursos e no número de matrículas (CENSO EAD.BR, 2017).

**Figura 01. Gráfico da evolução nos números de matrículas nos cursos superiores EaD, sondagem realizada pelo Censo EaD.**

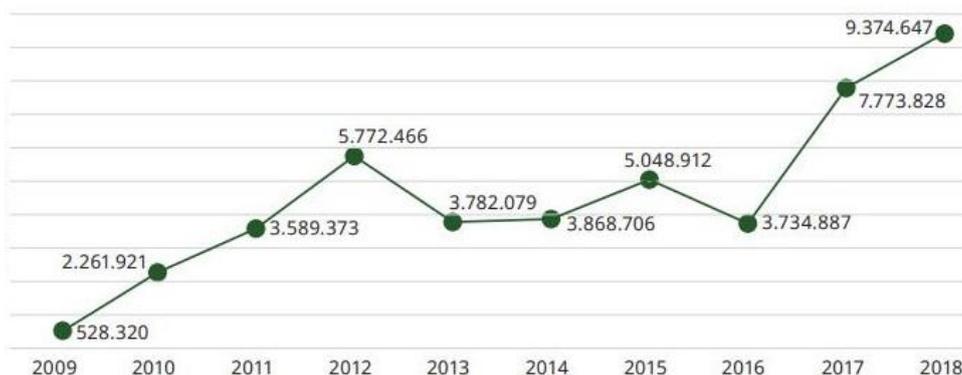


**Fonte: Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED, 2017).**

De acordo com a Associação Brasileira de Educação à Distância (2017) a EaD é ainda majoritariamente predominante do Ensino Superior. São ao todo 364.901 matrículas em cursos de graduação integralmente à distância contra 114.074 em cursos semipresenciais. Um dos fatores está na diferença no valor das mensalidades entre os dois tipos de ensino, cujo ensino totalmente à distância é mais barato, não só por este fator em específico, mas também pelos custos agregados com transporte, alimentação e material de aula que os cursos presenciais e semipresenciais ocasionalmente agregam no cotidiano de seus alunos.

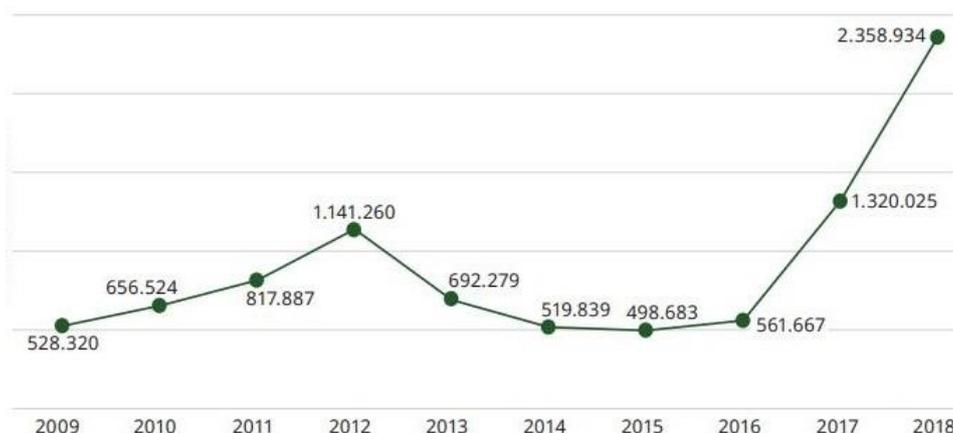
O último relatório da Associação Brasileira de Educação à Distância (2018) identificou um aumento significativo no número de matrículas em relação ao ano de 2017, houve um aumento no número de matrículas na modalidade, passando de 7.773.828 para 9.374.647 matrículas no ano de 2018 (figura 02). Estes dados indicam que a Educação à distância em sua ampla gama de modalidades é uma tendência em larga expansão e atrai cada vez mais adeptos deste tipo de educação.

**Figura 02. Gráfico da evolução nos números de matrículas nos cursos superiores EaD, sondagem realizada pelo Censo EaD, comparação entre os anos de 2017 e 2018.**



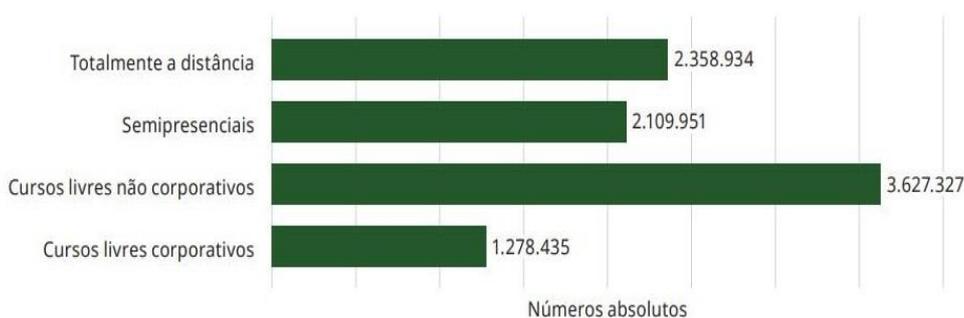
**Fonte: Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED, 2018).**

**Figura 03. Gráfico da evolução nos números de matrículas na modalidade totalmente a distância EaD, cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, sondagem realizada pelo Censo EaD 2018.**



Fonte: Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED, 2018).

Figura 04. Gráfico representando nos números de matrículas nas diferentes modalidades de EaD, sondagem realizada pelo Censo EaD, 2018.



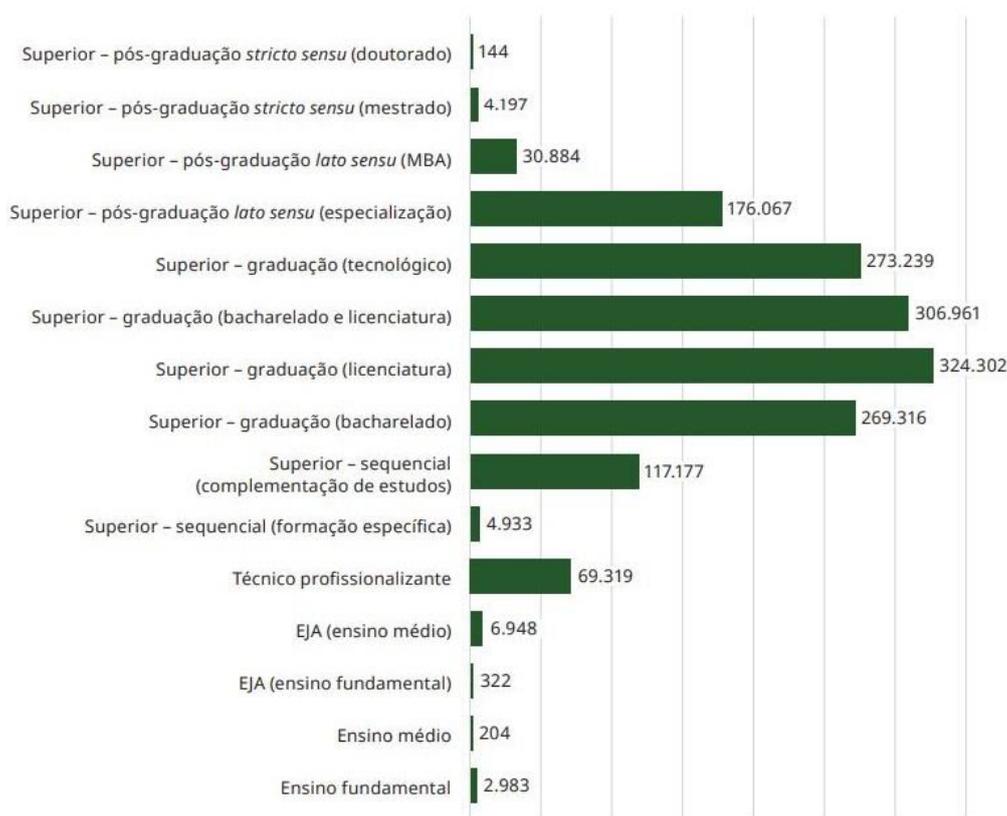
Fonte: Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED, 2018).

Dentro das modalidades de EaD, se destacam os cursos regulamentados (figura 03), ou seja, reconhecidos pelo Ministério da Educação. O interesse por esta modalidade vem crescendo e se sobressaindo sobre outras formas de EaD (figura 04) como os cursos livres corporativos e não corporativos. O interesse por cursos reconhecidos totalmente à distância também vem crescendo, atualmente o número de matriculados em cursos semipresenciais é inferior aos cursos feitos integralmente à distância (ABED, 2018).

Os autores Mendes; Zafino; Ezequiel (2018) debatem sobre o amplo crescimento de cursos livres, podendo ser considerada uma tendência econômica e não pedagógica, sendo que a maioria destes cursos se localizam nas regiões Sul e Sudeste, as mais ricas do país. Porém o Censo da ABED

(2018) evidencia que os cursos livres estão perdendo espaço para os cursos regulamentados, o que evidencia um perfil de estudante que busca uma formação mais completa.

**Figura 05. Matrículas por nível acadêmico em cursos EAD no ano de 2018.**



**Fonte: Censo EAD (ABED, 2018).**

Ainda segundo o Censo da ABED (2018) podemos analisar de forma qualitativa e quantitativa as matrículas por nível acadêmico, ou seja, quais cursos são mais requisitados dentro da formação verticalizada do ensino. A figura 05 demonstra que a maioria das matrículas se concentra em cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico). As modalidades EJA (Ensino Médio para adultos) e de pós-graduação ainda possuem pouca adesão dentro do EAD, fato que deve mudar nos próximos anos devido a regulamentação da Portaria Normativa nº11 de 20 de julho de 2017.

#### **TÓPICO IV - PROBLEMÁTICAS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD)**

Segundo Lemgruber (2008) o estudo à distância recebe diversas críticas quanto a sua natureza, críticas a seu caráter massificado remetem a um ensino inferior exatamente por ser desenvolvido e aplicado a um grande número de pessoas. O início da prática da EaD é marcada pelo modelo mecanicista e focado no material pedagógico e não da mediação realizada pelos docentes. Há questionamentos sobre a frieza da prática, sua impessoalidade, semelhante a “pedagogia bancária” (caracterizada pelo depósito do conhecimento e retirada de um extrato, que representa o resultado do método). Há no mercado diversos cursos à distância ou semipresenciais de má qualidade, que visam apenas o lucro, não se importando para as dificuldades e trajetórias educacionais de seus alunos.

Em contrapartida Lemgruber (2008) enfatiza que da mesma forma que há críticos ao modelo, há aqueles que apoiam a EaD e a consideram como o início de uma dialogicidade na relação educacional. A concepção da EaD como modalidade autônoma de ensino e aprendizado critica o modelo tradicional das aulas presenciais, com a presença de um professor responsável por passar a matéria para os alunos decorarem. As concepções antagônicas sobre a EaD não representam em verdade toda sua abrangência e complexidade, pois cada curso, instituição e até mesmo modelo educacional se difere e traz propostas pedagógicas distintas, o que pode oferecer aos alunos maior versatilidade e poder de escolha.

Para Peters (2009) a EaD não pode ser diferenciada da educação presencial apenas pela introdução de mídias e tecnologias que possibilitam a Educação à distância. Ela engloba mais aspectos sociais importantes que a caracterizam e a diferenciam dentro do amplo campo da Educação Superior, são citados alguns pontos: oferta formação aos mal preparados e excluídos historicamente das universidades, incluindo minorias; proporciona extensão do curso superior a pessoas com obrigações familiares e profissionais; oferece uma segunda chance aqueles que almejam um curso superior, principalmente os que já evadiram ou não conseguiram adentrar nas instituições presenciais; ser precursora da universidade do futuro que agregará cada vez mais ambientes virtuais.

Apesar dos números crescentes de matrículas e sua importância em ofertar uma alternativa para muitos que não conseguem adentrar em cursos presenciais, a EaD sofre com taxas significativas de evasão. A desistência de alunos nesta modalidade de ensino preocupa gestores, reitores, empresários, pesquisadores, pais e alunos. Vale ressaltar que a evasão no Ensino Superior em si já é preocupante e um problema a nível mundial, na EaD porém a preocupação se acentua devido a múltiplos fatores que impactam na decisão do aluno em desistir do curso. Muitos não conseguem se habituar a falta do professor e do ritmo da sala de aula presencial, também são problemas conhecidos a falta de tempo e dinheiro para continuar as atividades, muitos transformam o curso EaD em um “sacrifício”, pois grande parte destes alunos executam as aulas após longos períodos de trabalho (SILVA FILHO et al., 2007; ROSSI, 2008).

O autor Mercado (2007) faz uma síntese das principais dificuldades da EaD, é citada a evasão como a principal preocupação, e trazem consequências pessoais aos alunos que frustram suas expectativas e institucionais que expõem uma competência administrativa e pedagógica em cumprir as metas do curso. São citados também a pouca interação do aluno com seus tutores e colegas, instruções confusas, problemas técnicos, modelo pedagógico inadequado as necessidades individuais dos alunos, além de problemas pessoais que impactam no cumprimento das atividades.

Segundo Alonso (2014) uma das dinâmicas da EaD que merecem destaque e discussão é o recrutamento dos profissionais tutores. Uma das características colocadas em debate pelo autor é o pagamento de bolsas para os tutores por diversas instituições de ensino superior que possuem a modalidade EaD. Para alguns autores as condições de trabalho dos tutores e as formas de contratação são questionáveis, pois não há um consenso sobre a formalização dos cargos de tutoria e docência nestes cursos. Muitos tutores não estão preparados para dar o suporte adequado que um docente formado e especializado em sua área do conhecimento é capaz de prover, principalmente na modalidade totalmente não presencial (MORGADO, 2003; MILL et al., 2010).

## **TÓPICO V. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

De acordo com Aquino (2007) a EaD foi a responsável por encurtar distâncias e derrubar barreiras históricas que impediam o acesso à Educação Superior continuada e permanente. Este fenômeno atingiu milhares de cidadãos que por consequências e motivações diversas não tinham a possibilidade de ingressar no Ensino Superior, e através desta modalidade tiveram pela primeira vez uma oportunidade de aprimoramento pessoal na busca de realizar sonhos que estavam fora de sua realidade.

Os autores Souza; Gomes; Moreira (2014) ponderam sobre a condição da EaD ao reconhecer sua importância no acesso ao Ensino Superior, mas salientado que esta modalidade não pode ser considerada uma “tábua de salvação” para o problema de universalização e acesso democrático à educação no país. A modalidade EaD é uma contribuinte do processo de democratização, sendo uma ferramenta de inclusão social, porém sua qualidade deve ser colocada em debate, pois adentrar no curso superior é apenas a primeira etapa de um longo processo formativo que envolve a qualidade do ensino, a permanência do aluno no curso e a capacitação profissional efetiva.

Há pesquisadores que criticam o modelo de EaD e não consideram a modalidade como uma prática democrática de Ensino Superior. É colocada em discussão a redução na qualidade do ensino e a falta de formação crítica dos alunos. Para muitos pesquisadores as ações de fomento para as IES que ofertam esta modalidade de ensino almejam uma mercantilização do ensino, com forte influência de organizações internacionais que influenciam diretamente de forma interessada nas políticas públicas brasileiras (BORGES, 2015).

Conforme discute Lima (2014) a EaD vista como processo inclusivo é contraditória, pois ao mesmo tempo que se alega que esta modalidade promove o acesso dos mais pobres ao Ensino Superior, as instituições influenciadas por organizações internacionais visam o investimento e financiamento da educação o que configura em uma prática capitalista e neoliberal. O apoio de programas governamentais aos cursos EaD incentivam a perda de sentido na educação, massificando o acesso a cursos que não possuem qualidade devidamente comprovada, o que caracteriza uma mercantilização do processo educacional, visando expansão, lucro e resultados dignos de grandes empresas.

Como já salientado, os problemas de acesso ao Ensino Superior no Brasil

são históricos e possui profundas marcas sociais. O Fato é que as IES que ofertam EaD e a UAB impactaram diretamente no número de pessoas que acessam cursos superiores. As críticas são válidas quanto a qualidade do ensino e a mercantilização do processo, também são evidentes os problemas relacionados a contratação de tutores e a evasão escolar. Porém a EaD como modalidade de ensino é avaliada periodicamente, possui portarias, reconhecimentos e devem atender a diversas exigências comuns aos cursos presenciais. Logo a discussão sobre a viabilidade e qualidade dos cursos à distância não pode ser debatido de forma unilateral sem dar a contrapartida a todo o sistema educacional, que possui problemáticas históricas significativas (BORGES, 2015).

## **TÓPICO VI. A EaD NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Atualmente o Brasil está enfrentando uma das maiores crises de sua história, a nível social, político, econômico e sanitário. O novo Corona-vírus (Covid-19) é um patógeno viral que iniciou um surto na cidade de Wuhan na República Popular da China, em dezembro de 2019. Podendo causar nos infectados uma Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), a doença não possui vacina, é altamente contagiosa, podendo levar a óbito caso não seja tratada adequadamente (BRASIL, 2020).

Devido a atual globalização e facilidade de transportes de pessoas ao longo do Globo, a epidemia causada pelo Covid-19 se espalhou da China para diversos países, levando a OMS a declarar Pandemia no dia 11 de março de 2020. Mediante a nova realidade muitos governos, incluindo o brasileiro decretaram o isolamento social para a população, como medida mitigadora contra a infecção, visando achatar a curva de contágio e impedindo o colapso do sistema público de saúde brasileiro (PALMA; RODRIGUES, G1, 2020).

O isolamento forçou as instituições de educação a mudarem suas metodologias de ensino, para evitar que os discentes percam conteúdo ou sejam prejudicados nos estudos regulares. A solução foi a adoção de diversas estratégias de educação à distância, utilizando redes sociais, plataformas de ensino, e-mail, videoaulas, dentre outras metodologias amplamente citadas neste trabalho.

De acordo com a reportagem do G1, Valadares (2020) a maioria das Instituições tem se dedicado a continuar suas atividades através da adoção da Educação a Distância (EAD), porém esta nova realidade evidenciou algumas deficiências neste processo. São citadas problemáticas como a falta de acesso à tecnologia por alguns dos alunos, o que prejudica aqueles que não possuem computador, celular ou internet de qualidade em sua residência.

Dados da Unicef (2020) declaram que 154 milhões de estudantes estão sem aulas na América Latina e Caribe, e que a realidade pode se agravar, levando ao abandono definitivo das aulas. No Brasil 58% dos domicílios ainda não possuem computador, e 33% não têm acesso à internet. Existem ainda escolas localizadas na zona rural que não possuem acesso à internet, o que evidencia falta de infraestrutura básica para a adoção do EAD como uma alternativa generalizada (VALADARES, G1, 2018).

Novamente esta realidade pode ser debatida com a natureza do presente trabalho, sobre como a EAD pode ser um processo democrático de ensino quando muitos não possuem o básico para estudar dentro desta modalidade. Em tempos de alta globalização, ampla difusão e domínio de Tecnologias da Informação, o Brasil é exposto em sua realidade, onde há a carência de investimentos em infraestrutura social e educacional.

A EaD se mostra uma temática complexa, que interage com as camadas histórico-sociais do Ensino Superior (e demais modalidades), sendo uma alternativa de acesso facilitada, e ao mesmo tempo, uma opção fora da realidade de muitos. Porém a adoção da EaD, a posterior regulação e adequação da atividade nos níveis médio e fundamental podem ser a base para modificações importantes nas metodologias de ensino nos próximos anos. Como evidenciado no presente estudo, estas modalidades que ainda são em sua grande maioria, presenciais, sinalizam para uma realidade que pode estar mudando neste momento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Historicamente a obtenção de um título de curso superior é sinal de status e oportunidade de ascensão social. O Ensino Superior brasileiro teve um estabelecimento tardio e voltado para as elites. Posteriormente, no Brasil a educação foi voltada para a formação de mão de obra, até mesmo os cursos superiores visavam formar profissionais que suprissem a demanda crescente, resultante da industrialização e da expansão dos setores econômicos nacionais. Os movimentos internacionais em prol da educação emancipadora, visavam a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel social e alteraram diversos processos educacionais, norteando a legislação e o estabelecimento de políticas públicas a partir da década de 80.

A democratização do Ensino Superior tornou-se necessária em uma pauta em constante debate, principalmente devido à nova demanda por este nível educacional, decorrente dos resultados de universalização do ensino fundamental e médio. As Universidades, porém, sempre tiveram um sistema de ingresso altamente seletivo e que beneficiam aqueles que tiveram privilégios em seu aprimoramento e preparação para prestar os seus vestibulares, fato que excluiu diversas pessoas menos preparadas e com menor poder aquisitivo dos cursos superiores.

A Educação à Distância é uma modalidade que surgiu nos anos 90 e se consolidou a partir dos anos 2000 e foi um marco no acesso de pessoas historicamente segregadas da universidade a cursos superiores. Diversas pessoas encontraram nesta modalidade uma alternativa, que pode ser semipresencial ou totalmente à distância, o que torna este tipo de ensino mais flexível, fornecendo maior autonomia nos estudos.

Porém muito se discute sobre o papel da EaD na democratização do acesso ao Ensino Superior, pois apesar de aumentar as taxas de matrícula neste nível de ensino, sofre com grandes índices de evasão. É certo afirmar que cada instituição possui sua metodologia e seu aparato pedagógico, e que julgar a EaD apenas pela sua natureza é precipitado. Estudos mais aprofundados são demandados para reconhecer qual o impacto da EaD na formação de profissionais capacitados, pois todas as modalidades educacionais possuem problemáticas e cada instituição possui sua dinâmica, metas e índices.

Recentemente também a EaD se destacou como a única modalidade

possível de ser aplicada e levar o ensino a estudantes isolados, devido a pandemia causada pela Covid-19, quando estudar à distância se tornou a única saída para milhões de discentes, fator este que reforça a importância da consolidação desta modalidade nos tempos de globalização e rápido fluxo de pessoas. Possivelmente esta temática estará em foco nos próximos anos, podendo atrair pesquisas, investimento do setor privado e a elaboração de políticas públicas de democratização, seguridade social e modernização do ensino.

Ao que tudo indica a EaD veio para ficar e muitos atingiram a meta de obter um diploma superior graças a esta modalidade. Apesar dos contrapontos também é um processo contributivo para a democratização do ensino, porém não é sua consolidação ou salvação, uma vez que o processo de acesso ao Ensino Superior sofre de deficiências que vão muito além da EaD, com configurações quase utópicas, pois vai de encontro com problemas sociais, políticos e econômicos. Importante perceber que a EaD oferece potencialidade para um mercado em expansão, responsável por gerar empregos e por aprimorar o currículo de milhões de alunos, que sem esta opção estariam ainda afastados da área acadêmica.

Uma pesquisa acadêmica é um processo que deve estar sempre em construção, principalmente em se tratando da temática que suscita importantes discussões e aprimoramentos. Que a revisão bibliográfica aqui apresentada, ofereça subsídios para contínuos estudos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, K. M. A EaD no Brasil: sobre (des) caminhos em sua instauração. **Educar em Revista**, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, Edição Especial n., p. 37-52. 2014.

AQUINO, R. Educação à distância: facilitadora do acesso à formação profissional. **Revista Augustus**. Rio de Janeiro, 2007.

ARRUDA, A. L. B. Políticas da educação superior no Brasil: expansão e democratização: um debate contemporâneo. **ESPAÇO DO CURRÍCULO**, v.3, n.2, pp.501-510, 2011.

ASSIS, L. M. **O Sinaes/Enade na visão dos coordenadores de curso: mediações, tensões e repercussões.** In: OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M. (Org.). Avaliação Institucional: sinais e práticas. São Paulo: Xamã, 2008.

BORGES, F. A. F. A EaD no Brasil e o Processo de Democratização do Acesso ao Ensino Superior: Diálogos Possíveis. **Revista Científica em Educação à Distância**. V.5, No 3, 2015.

BORTOLANZA, J. Trajetória do Ensino Superior Brasileiro – Uma busca da origem até a atualidade. XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Mar del Plata, Argentina. 2017.

BRAMÉ, M. L.; SPIRANDELLI, C. O crescimento da Educação à Distância: uma discussão sobre seu caráter ideológico. Anais: **VIII–Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, Londrina: UEL**, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é coronavírus? (COVID-19).** Artigo Online. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 09/04/2020.

CACETE, N. H. **Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária.** Educação & Pesquisa. São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, out./dez. 2014.

CENSO EAD.BR. Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016 = Censo EAD.BR: analyticleportofdistancelearning in Brazil 2016 [livro eletrônico] / [organização] ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância; [traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. Curitiba: **InterSaberes**, 2017.

CENSO EAD.BR. Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2018 = Censo EAD.BR: analyticleportofdistancelearning in Brazil 2018 [livro eletrônico] / [organização] ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância; [traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. Curitiba: **InterSaberes**, 2018.

CORREIRA-NETO, J. S.; VALADÃO, J. A. D. Evolução da educação superior a distância no Brasil: uma análise a partir de processos de institucionalização. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 97-120, setembro 2017.

COSTA, A. R. A educação a distância no Brasil: Concepções, histórico e bases legais. **Revista Científica da FASETE**. 2017.

CRUZ, J. R.; LIMA, D. C. P. Trajetória da educação à distância no Brasil: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos. **Jornal de Políticas Educacionais**. Vol. 13, nº 13. 2019.

CUNHA, L. A. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira. Faria, Luciano Mendes. Veiga, Cynthia Greive. (Org.). 500 Anos de Educação no Brasil. 5ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DUARTE, J. C. V.; CALIXTO, J. E. **Universalização e qualidade da educação no Brasil: questões teóricas e práticas**. XIII Congresso Nacional de Educação. EDUCERE. Curitiba, 2017.

DUTRA, N. L. L. A expansão do ensino superior privado a partir de 1990: limites e possibilidades. **Revista do Dífere** - ISSN 2179 6505, v. 2, n.4, dez/2012.

EZCURRA, A. M. **Massificação e ensino superior: uma inclusão exclusiva. Algumas hipóteses e conceitos-chave**. Em: FERNÁNDEZ LAMARRA, N.; Paula Maria de Fátima Costa de (Orgs.). A democratização do ensino superior na América Latina. Limites e possibilidades. SáenzPeña: EDUNTREF, 2011.

FILIPAK, S. T.; PACHECO, E. F. H. A democratização do acesso à educação superior no Brasil. **Revista Diálogo Educacional**., Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1241-1268, jul./set. 2017.

FLORES, S. R. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da colônia a república. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, SP. v. 3. n. 2. P. 401-416. Maio/Ago. 2017.

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas**. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, p. 44-45, 2002.

GOMES, V.; MACHADO-TAYLOR, M. R.; SARAIVA, E. V. O Ensino Superior no Brasil - Breve histórico e caracterização. **Revista Ciência & Trópico**.v. 42. n. 1. 2018.

GUAREZI, R. C. M.; MATOS, M. M. Educação à distância sem segredos. Curitiba: **InterSaberes**, 2012.

HUMEREZ, D. C.; JANKEVICIUS, J. V. **Evolução histórica do ensino superior no Brasil**. (2015) Portal Cofen. Periódico Online. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Evolucao-Historica-no-ensino-superior-no-brasil.pdf>. Acesso em: 19/07/2019.

LEMGRUBER, M. S.. Educação à distância: para além dos caixas eletrônicos. **Revista Sinpro-Rio**, v. 02, p. 42-49, 2008.

LIMA, D. C. B. P. **Produto 01 - Documento técnico contendo estudo analítico das diretrizes, regulamentações, padrões de qualidade/regulação da EAD, com vistas a identificar políticas e indicadores de expansão da Educação Superior em EAD.** 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16510-produto-01-estudo-analitico&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16510-produto-01-estudo-analitico&Itemid=30192). Acesso em: 10/11/2019.

LIMA, D. C. B. P. **Produto 01 - Documento técnico contendo estudo analítico das diretrizes, regulamentações, padrões de qualidade/regulação da EAD, com vistas a identificar políticas e indicadores de expansão da Educação Superior em EAD.** 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16510-produto-01-estudo-analitico&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16510-produto-01-estudo-analitico&Itemid=30192). Acesso em: 10/11/2019.

MANZINI, E. J. **Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação.** In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.(Org.). Educação Especial: Diálogo e Pluralidade. Porto Alegre: Ed. Mediação, p. 281-289. 2008.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira. São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002.

MENDES, R. R.; ZAFINO, T. M.; EZEQUIEL, V. C. **Educação à Distância e as novas tecnologias.** Anais do Simpósio de Tecnologias e Educação a Distância no Ensino Superior. UFMG. 2018.

MERCADO, L. P. L. **Dificuldades na educação a distância online.** Congresso da Associação Brasileira de Educação à Distância. 2007.

MILLS, D.; ABREU-E-LIMA, D.; LIMA, V. S.; TANCREDI, R. M. S. P. O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo. **Cadernos da Pedagogia**, Ano 02, Vol. 02, N° 04, agosto/dezembro. 2008.

MORGADO, L. Os novos desafios do tutor à distância: o regresso ao paradigma da sala de aula. **Revista Discursos**, n. 1, Série Perspectivas em Educação, p. 77-89, dez. 2003.

NEVES, C. E. B. Desafios da educação superior. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun., p. 14-21, 2007.

OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M. **A educação superior.** In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (OrgS.). Organização do ensino no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEN, A. C. **História da educação superior no Brasil.** In: Soares, Maria Susana Arrosa (Org.). A Educação Superior. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

ORSO, P. J. **A criação da Universidade e o projeto burguês de educação no Brasil.** p. 43-62. In: ORSO, P.J. (org.). Educação, sociedade de classes e reformas universitárias. Campinas: Autores Associados, 2007.

PALMA, G.; RODRIGUES, M. **Coronavírus: portaria torna isolamento compulsório e prevê punição por descumprimento.** Portal de notícias G1. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/17/coronavirus-governo-define-regras-para-quarentena-e-isolamento-compulsorio.ghtml>.

Acesso em: 09/04/2020.

PAULA, M. F. C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017.

PEREIRA, E. M. A. **A universidade da modernidade nos tempos atuais.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas). Avaliação (Campinas), v. 14, n. 1, 2009.

PETERS, O. **A Educação à Distância em transição.** São Leopoldo: Unisinos, 2009.

RISTOFF, D. **Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização.** Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-50, jan.- jun. 2013. Disponível em:  
<[http://www.flacso.org.br/gea/documentos/Cadernos\\_GEA/Caderno\\_GEA\\_N3.pdf](http://www.flacso.org.br/gea/documentos/Cadernos_GEA/Caderno_GEA_N3.pdf)>. Acesso em: 18/07/2019.

ROSA, C. M. **Marcos Legais e a Educação Superior no Século XXI.** Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n. 3, p. 236-250, 2014.

ROSSI, L. **Causas da evasão em curso superior a distância do consórcio da universidade aberta do Brasil.** 2008. Disponível em:<<http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&ct=res&cd=5&ved=0CB8QFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.cEaD.unb.br%2Findex.php>>. Acesso em: 06/08/2019.

SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: Redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 2. 2018.

SAVA, P. P.; DIAS, A. C. M.; FARIAS, H. P. S.; FARIAS, B. M. **A educação a distância no ensino de graduação no Brasil.** Congresso Internacional de Educação e Tecnologias. 2018.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica** - V.8, N.2 ago/dez. 2010.

SILVA FILHO, R. L. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Caderno de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 132, p. 641-659, dez., 2007.

SILVA, R. M. S.; AMAURO, N. Q.; SOUZA, P. V. T.; RODRIGUES FILHO, G. Democratização do ensino superior: no contexto da educação brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 1, p. 294-312, 2017.

SOUSA, W. G.; GOMES, C. A. S.; MOREIRA, S. P. T. **Educação a Distância como possibilidade de democratização do ensino superior: uma discussão à luz do pensamento de Democracia e Educação de John Dewey.** (2014). Disponível Online: <http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/348.pdf>. Acesso em: 01/09/2019.

STALLIVIERI, L. **O Sistema de Ensino Superior do Brasil características, tendências e perspectivas.** Educación superior en América Latina y el Caribe: Sus estudiantes hoy. Editora: Lic. Gisela Rodríguez Ortíz. México. Ed 1. 2007.

UNESCO. **Educação para todos: alfabetização para a vida, relatório de monitoramento global de educação para todos.** 2006.

UNICEF. Organização das Nações Unidas. **Covid-19: Mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e no Caribe, estima o UNICEF.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-por-cento-das-criancas-fora-da-escola-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 09/04/2020.

VALADARES, M. **Coronavírus faz educação a distância esbarrar no desafio do acesso à internet e da inexperience dos alunos.** Portal de Notícias G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/23/coronavirus-faz-educacao-a-distancia-esbarrar-no-desafio-do-acesso-a-internet-e-da-inexperiencia-dos-alunos.ghtml>. Acesso em: 09/04/2020.